



OUVIDORIA
CIDADÃ

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA

10 anos



ESDEP
Editorial



Uma ponte com a população baiana

Posse do Grupo Operativo, 14/3/2018.

Ouvidoria Cidadã chega à sua primeira década de atuação fortalecendo a luta da Defensoria Pública da Bahia pela garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade

A participação popular é elemento indispensável para a emancipação social e para a garantia de justiça na vida dos que mais precisam. Munidas por esta crença, inúmeras pessoas e organizações articularam-se no Brasil dos primeiros anos do século XXI, buscando uma transformação democrática, a partir da revisão das estruturas e do modo de atuação das instituições do sistema judicial. A autonomia da Defensoria Pública, obtida constitucionalmente, é uma importante conquista desta caminhada.

Neste contexto, o advento das ouvidorias externas nas Defensorias estaduais e do Distrito Federal representa a tentativa de garantir uma contribuição qualitativa e autônoma da sociedade civil nos processos organizacionais de tomada de decisão e de aperfeiçoamento do acesso à justiça.

Assim, celebrar em 2019 os 10 anos da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA, a qual já nasceu com o marco de ser a segunda ouvidoria externa entre as Defensorias brasileiras, é também momento de renovar esperanças, reafirmar compromissos com os interesses populares e construir a unidade necessária para resistir e enfrentar as tentativas de reduções de direitos que nos espreitam.

A existência da Ouvidoria Externa da DPE/BA sinaliza uma trajetória pautada pela incorporação de bandeiras políticas defendidas pelos movimentos sociais na agenda das Defensorias, como enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à lesbofobia e ao genocídio da juventude negra.

Também representa a luta pela garantia da liberdade de expressão religiosa, pelo direito dos povos nativos e mais

vulneráveis à terra que historicamente habitam, pela moradia digna, pelo trabalho decente, por um meio de ambiente saudável, pelo acesso à saúde e à educação pública de qualidade, pela proteção dos direitos das crianças, adolescentes, idosos, da população em situação de rua, das pessoas com deficiência, dentre muitas outras batalhas.

A Ouvidoria está aí para ajudar a Defensoria Pública a continuar nos trilhos. No sistema de justiça, é função da Defensoria olhar para as pessoas hipossuficientes e em vulnerabilidade, então, tem que ser uma instituição ampla, aberta para a sociedade, que para efetivar os direitos já declarados na Constituição e nos Pactos Federativos, precisa continuar atuando de forma autônoma. Assim, auxiliará na transformação das desigualdades presentes há séculos no Brasil, contribuindo com um processo de garantia de direitos que culmina na distribuição de oportunidades para toda a população.

Esta revista traz um pouco do que foram estes 10 primeiros anos de atividades da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA, que se consolidou como um local aberto para ouvir a sociedade e suas demandas. As ações vão além da escuta e do atendimento à população: foi propondo atividades, engajando-se com parceiros de entidades sociais, estimulando uma consciência de coletividade e atuando proativamente que a Ouvidoria tornou-se um agente transformador no estado, tanto na capital quanto no interior, numa bem-sucedida experiência que hoje é referência nacional. Que os próximos 10 anos sejam ainda mais exitosos nesta tarefa de ser uma ponte entre a Defensoria Pública e a sociedade civil. ●

*Texto escrito a partir de colaborações das ex-ouvidoras da DPE/BA Anhamona de Brito e Tânia Palma.



Audiência pública promovida pela Ouvidoria Cidadã em Santo Amaro/BA.

Sociedade civil ativa

POR LUCAS CUNHA

Movimentos sociais têm papel de destaque na Ouvidoria

A Ouvidoria Cidadã da Defensoria da Bahia já nasceu com um diferencial: foi a segunda ouvidoria externa entre as Defensorias Públicas do País a ser criada, atrás apenas do estado de São Paulo.

Aqui na Bahia, é um representante da sociedade civil quem ocupa o cargo de ouvidor(a)-geral, posto exercido nestes 10 anos por uma advogada (Anahomona de Brito), uma socióloga (Vilma Reis) e duas assistentes sociais (Tânia Palma e a atual ouvidora, Sirlene Assis) todas mulheres negras com trajetórias ligadas aos movimentos sociais.

Isso demonstra a força da representação e integração da sociedade civil na Ouvidoria, não apenas ocupando seu cargo máximo e participando do processo de composição da lista tríplice para a eleição de ouvidor(a)-geral, mas, sobretudo, com as diversas entidades que participam ativamente da sua gestão no dia a dia.

Para Sirlene Assis, que era presidenta estadual da União de Negros pela Igualdade (Unegro) até ser eleita ouvidora da DPE/BA, a sociedade civil funciona como o “pulmão” da Ouvidoria, a base para que se possa ter o olhar dos diversos movimentos sociais em seu funcionamento.

“É indispensável a contribuição da sociedade civil para potencializar o trabalho da Ouvidoria e, por consequência, da própria Defensoria Pública. É ela que vai politizar as principais demandas, sinalizando as irregularidades. Por meio dela, temos o caminho a seguir”, afirma Sirlene.

Participação

Para a articuladora regional do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Zezé Pacheco, a Ouvidoria possibilita uma real participação da sociedade na luta pela garantia de direitos de grupos que - normalmente - são vulnerabilizados pelos governos.

“Por meio da Ouvidoria, garantimos que os debates da sociedade sejam ampliados com a discussão de diversas temáticas, trazendo visibilidade em questões estratégicas, especialmente em um estado como o nosso, que possui distorções históricas as quais precisam ser combatidas e superadas”, diz Zezé.

A existência da Ouvidoria, como braço da Defensoria na promoção dos direitos da população hipossuficiente, acaba sendo um dos poucos locais em que grupos da sociedade civil sentem-se acolhidos. É o que ocorre com a Associação Papo de Mulher, formada por usuárias dos serviços de saúde mental.



A Ouvidoria Cidadã presente em manifestação pelo Viver (2016, à esq.) e com seus membros eleitos em Feira de Santana (2018, à dir.).

“Vemos a Ouvidoria como algo único, de muita força para nós. É um lugar que somos escutadas, por que nós, loucas, nunca fomos escutadas por ninguém. Também precisamos ser assistidas e na Ouvidoria temos as portas abertas, eles acreditam no nosso trabalho”, desabafa Girlene Almeida, integrante do Papo de Mulher.

Cara do povo

Como normalmente o sistema de justiça é visto como algo muito distante da população, a existência da Ouvidoria, em ação contínua junto aos grupos da sociedade civil, auxilia muito a aproximação entre a Defensoria e aqueles que necessitam dos seus serviços. Para Naira Gomes, uma das coordenadoras do Marcha do Empoderamento Crespo, um diferencial da Ouvidoria é justamente ter essa “cara de povo” no acolhimento das demandas da população.

“Estive em ações da Ouvidoria em muitos momentos. Vi diversas vezes o auditório da Escola Superior da Defensoria ocupado pelo povo negro, quilombola, indígena e tantos outros. É um lugar que acolhe a demanda da população vulnerabilizada, pois o momento de buscar o acesso à justiça é algo muito tenso. É fundamental ter parceiros que nos veem como cidadãos neste processo”, sentencia Naira. ●



Encontro com alunas do subúrbio de Salvador (acima, à esq.); 1ª Jornada de DH no Novembro Negro (acima, à dir.); e roda de conversa no CRAS do Jardim Nova Esperança (abaixo).

A Ouvidoria não fica quieta: quando não pode fazer algo, ela indica o caminho.



Rose Meire
LÍDER DO QUILOMBO
RIO DOS MACACOS

A Ouvidoria auxilia a ampliar a militância dos movimentos sociais junto a outras instituições. É um instrumento democrático a serviço da sociedade.

Rosana Paz
DIRIGENTE DA UNIÃO DE
NEGROS PELA IGUALDADE
(UNEGRO)





Formatura da primeira turma do Curso Defensoras Populares da DPE/BA.

Educação em direitos

POR LUCAS CUNHA

Ouvidoria atua na promoção de conhecimento à população

Para além de apenas receber demandas, a Ouvidoria Cidadã também tem a função de potencializar o conhecimento da população sobre seus direitos. Nisso, uma das suas missões é promover a educação de lideranças, as quais vão propagar as informações aprendidas em suas comunidades. Assim, a Ouvidoria é um braço de apoio fundamental para a Defensoria Pública da Bahia no cumprimento da determinação constitucional de promover a educação em direitos.

"A Ouvidoria é o órgão dentro da estrutura da Defensoria Pública que está mais próximo das demandas sociais", Firmiane Venâncio, ex-diretora da Esdep.

Coletando da sociedade temas para discussões, esta parceria auxilia a DPE/BA a estruturar melhor as estratégias de enfrentamento das violações de direitos dos seus assistidos, como afirma a defensora pública Firmiane Venâncio, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) entre 2015 e 2019.

"Percebemos uma necessidade cada vez maior de fazer essa interlocução, ampliar o espectro da formação e da Esdep. Sem sombra de dúvidas, a Ouvidoria é o órgão dentro da estrutura da Defensoria Pública que está mais próximo das demandas sociais

importantes para as pessoas. Isso traz uma legitimidade muito grande para nossas ações", diz Firmiane.

Defensoras populares

Uma das parcerias exitosas entre Esdep e Ouvidoria na educação em direitos, e que serviu de exemplo para diversas Defensorias pelo País, é o curso de defensoras populares. Apesar do projeto já ter sido feito anteriormente em São Paulo desde 2007, a edição baiana trouxe como diferencial ser voltado apenas para lideranças populares femininas.

Uma das formadas no curso é a estudante de Serviço Social Lindinalva Santos, integrante do Movimento de Mulheres do Subúrbio de Salvador. Para ela, entender-se como multiplicadora e socializadora do conhecimento de direitos contribuiu muito nas comunidades onde atua.

"A inserção de nós, mulheres representantes de comunidades periféricas, no curso de defensora popular, nos deu muita honra e um sentimento de pertencimento e acolhimento na Defensoria. Como mulher negra, mãe, ativista social e estudante universitária, aprendi sobre ações efetivas, orientando melhor as pessoas da minha área como conseguir o acesso à justiça", explica Lindinalva.

Atividades de destaque

Defesa das religiões afro-brasileiras



O advogado Hédio Silva Júnior participou de uma conferência promovida pela Ouvidoria sobre intolerância e racismo religioso na Bahia e no Brasil. Ex-secretário de Justiça de São Paulo, Hédio notabilizou-se também por uma sustentação no Superior Tribunal Federal em defesa dos rituais de religiões afro-brasileiras. “Não há democracia sem liberdade de crença”, sentenciou Hédio no debate.

Apoio às comunidades quilombolas



Sempre atenta e presente na causa dos povos quilombolas, a Ouvidoria apoiou a celebração da demarcação de 104 hectares do Quilombo Rio dos Macacos, organizando junto ao Ministério da Defesa para que nenhuma organização fosse impedida de acessar a Base Naval de Aratu nesta celebração, além de orientar a comunidade sobre suas demandas judiciais. Também foi promovida pela Ouvidoria uma Audiência Pública para debater a questão da Comunidade Quilombola da Batateira, em Cairu, no Baixo Sul Baiano, que enfrenta a tentativa de invasão de fazendeiros em seu território.

Primeira Jornada de Direitos Humanos



Realizada em parceria com a Especializada de Proteção aos Direitos Humanos da DPE/BA, a Ouvidoria realizou na Esdep a 1ª Jornada de Direitos Humanos no Novembro Negro, que contou com rodas de diálogos sobre o enfrentamento ao racismo institucional e também temas como o encarceramento de mulheres, audiência de custódia e seus impactos para a população negra. O evento ainda teve exibição de filmes, lançamento de livros e apresentações culturais, além da exposição e venda de produtos cultivados no Quilombo Rio dos Macacos.

Conversa sobre políticas de drogas



Em parceria com a Esdep, a Ouvidoria convidou o então deputado federal Jean Wyllys para integrar uma roda de diálogo sobre a política de combate às drogas, em atividade que lotou o auditório da Esdep. O evento contou com a presença de representantes dos movimentos sociais, redes, fóruns e conselhos, além de professores, defensores públicos, estudantes e demais interessados.



Posse da primeira ouvidora-geral da DPE/BA,

Anhamona de Brito, em março de 2009.

Histórico de

pioneirismo

POR LUCAS CUNHA

Ouidoria da DPE/BA foi a segunda externa do País; duas ouvidoras baianas já comandaram o Conselho Nacional

Os dez anos de atividades da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA são marcados não só pela forte presença ao lado da população e das entidades sociais, mas também por um protagonismo que tem destaque nacional.

Esse viés precursor está na sua gênese. A começar pelo fato de a Ouvidoria da DPE/BA ter sido a segunda externa entre as Defensorias do País, apenas atrás da Defensoria paulista.

“Fiz o mapeamento da montagem de todas as ouvidorias do País de outros órgãos, como eram as suas leis orgânicas”, revela a primeira ouvidora da DPE/BA, a advogada e professora da Uneb Anhamona de Brito.

Segundo a ex-ouvidora, um dos fatores que colaboraram para que o modo de organização da Ouvidoria Externa fosse apresentado para outras De-

fensorias foi o fato de a Defensoria baiana, à época, gerir também o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege).

Relembra Anhamona que isso facilitou que fossem publicadas orientações para defensores-gerais de outros estados, ajudando com a regulamentação da Lei Complementar 132/2009.

Presidentas

Coube ainda a ex-ouvidora Anhamona de Brito assumir o cargo de presidenta do Colégio (hoje Conselho) Nacional de Ouvidorias, sendo a primeira mulher a ocupar tal posto. A posição de importância da representação baiana na entidade nacional pode ser vista pelos cargos ocupados por suas sucessoras: Vilma Reis também foi presidenta do Conselho, enquanto Tânia Palma esteve na função de vice-presidenta.



Posse de Vilma Reis como presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das DPEs, ao lado da ex-ouvidora Tânia Palma.

“O patrimônio dessa legitimidade da história da Ouvidoria da DPE/BA nos levou à presidência do Conselho. Algo bonito, e que acho histórico, foi ter Tânia ali do meu lado neste momento da posse, na entrega do cargo pelo meu colega Lúcio Andrade (ex-ouvidor-geral da DPE/MT e ex-presidente do Conselho). Foi a lição que ela me passou: não era possível construir uma ouvidoria forte como construímos se essa caminhada não fosse em conjunto”, destaca Vilma.

Mais jovem

Até mesmo a ‘novata’ Sirlene Assis já chegou ao cargo de ouvidora da DPE/BA com uma importante marca: aos 36 anos, ela é a mais jovem ouvidora entre os ocupantes do posto no País. ●

Ouvidoria Cidadã 10 Anos

criação

A implantação da Ouvidoria já era prevista desde a Lei Orgânica e Estatuto da Defensoria do Estado da Bahia (Lei Complementar 26/2006), que também já estabelecia que o ouvidor-geral fosse alguém “não integrante do quadro de defensor público”.

Criada por meio da Lei estadual nº 11.377/09, sancionada pelo governador Jaques Wagner em 6 de fevereiro de 2009, a Ouvidoria da DPE/BA surgiu do projeto de Lei 17.732/2008, aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia em 20 de janeiro de 2009.

Todo esse processo feito pela DPE/BA ocorreu antes da publicação da Lei Complementar Federal 132/2009 (publicada em 7 de outubro daquele ano), a qual determinava que as ouvidorias não apenas fossem externas, mas também que tivessem os nomes da lista tríplice indicados pela sociedade civil.



Sirlene Assis, mais jovem a ocupar o cargo de ouvidora entre as DPEs, em encontro no Conselho Nacional no Acre.

Território

conquistado

POR LEILANE TEIXEIRA

Mulheres negras dominam posto de ouvidora-geral da DPE/BA nestes 10 anos

A falta de representatividade das mulheres negras na esfera pública, política, bem como em grandes corporações, é fator que contribui para mantê-las na base da pirâmide social. A escassez em cargos de liderança e em posições de poder é histórica e, apesar das tímidas mudanças, ainda se faz presente nos dias atuais.

É nesse cenário de desequilíbrio e ausência de representação que a Ouvidoria Cidadã da DPE/BA traz à tona um histórico que não pode passar despercebido: todas as quatro pessoas que ocuparam seu cargo máximo ao longo desses 10 anos foram mulheres negras. Seria isso um reflexo social de um território conquistado após muitas vozes unidas ecoarem um 'basta!'? Ou do fato de as pessoas assistidas pela Defensoria precisarem se identificar com quem vai ouvir suas demandas? Talvez seja um pouco de ambos.

A primeira ouvidora-geral foi a advogada Anhamona de Brito, que atuou no cargo entre 2009 e 2011. Em sequência, foi a vez da assistente social Tânia Palma, eleita e reeleita nos biênios 2011-2013 e 2013-2015. Logo depois veio a socióloga Vilma Reis, que também permaneceu durante dois mandatos, nos biênios 2015-2017 e 2017-2109. Atualmente, o posto está com a assistente social Sirlene Assis, eleita

para o biênio 2019-2021. Todas acreditam no exercício de uma política democrático-participativa para a tomada de decisões estruturantes.

Referencial

Nascida e criada em bairro periférico de Salvador, a atual ouvidora-geral da DPE/BA sempre esteve presente em causas sociais, e, apesar das inúmeras dificuldades (financeiras, racismo e assédio, entre outras) encontradas em sua trajetória, ela não desistiu de conquistar seu território. "Para nós, mulheres negras, ocupar este espaço de poder é a conquista de uma luta acumulada por décadas e que perpassa uma geração que não teve esta oportunidade, mas que fomentou, no seu tempo, a importância desse nosso empoderamento em locais estratégicos", relata Sirlene Assis.

Assistente social por formação, Sirlene assumiu o cargo de ouvidora com apenas 36 anos, sendo a mais nova ouvidora-geral nas Defensorias Públicas brasileiras na atualidade. Para ela, esse marco é sinônimo de representatividade também para a juventude negra, que passa a enxergá-la como um referencial. É uma mulher negra que traz consigo toda uma história de resistência e de luta que muitos jovens encaram no dia a dia. "Nós sentimos na pele o quão é im-



portante ocuparmos esses lugares, pois viemos de lá também. Quando fazemos um atendimento, olhamos pela lente do sistema capitalista, da opressão de classe e de gênero que essa juventude passa. Nossa visão é ampliada”, enfatiza Sirlene.

Precursora

Primeira mulher negra no Brasil a ocupar o cargo de ouvidora-geral entre as DPEs, Anhamona de Brito foi peça fundamental no processo de consolidação da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA, em 2009. Advogada, professora universitária e ativista de direitos humanos, Anhamona diz que a participação popular na justiça através das ouvidorias tem permitido outro lugar de fala que não existia anteriormente nas Defensorias.

“Em que posição nós estamos na roda da justiça? Poucas vezes somos protagonistas para estar em situação de comando, de reflexão. Quem impulsionou esta situação foram as mulheres invisibilizadas, que procuram as unidades da Defensoria. São as mães que fazem as visitas carcerárias. Neste cenário, foi e é preciso alguém com a cara do povo e que tenha um ativismo político, para garantir, principalmente, a reversão das desigualdades raciais, de gênero e de tantas outras”, explica Anhamona.

Diversidade

A Ouvidoria Cidadã da DPE/BA privilegia em sua gestão a democracia participativa, abrindo portas às mulheres,

juventude, comunidades quilombolas, pessoas em situação de rua, povos de terreiros, comunidades LGBT, pessoas presas e suas famílias, entre outros grupos. Este processo faz com que, naturalmente, as mulheres estejam à frente deste espaço, é o que acredita a socióloga e ex-ouvidora Vilma Reis.

“A Ouvidoria Externa foi fundamental para estreitar os laços e construir uma relação horizontal com a DPE/BA. Em uma sociedade em que estamos à frente de muitos movimentos sociais, na organização das principais formas de enfrentamento às iniquidades de raça e de gênero, fazendo enfrentamento às violações de direito, foi natural que nós, mulheres negras, garantíssemos esse espaço”, relata a socióloga.

Para a assistente social Tânia Palma, ouvidora da DPE/BA entre 2011 e 2015, houve ainda uma conjuntura política favorável, a fim de que houvesse um entendimento no qual mulheres negras puderam continuar ocupando o cargo máximo da Ouvidoria.

“Temos uma luta do movimento negro que vem de muito longe. A minha eleição foi a primeira com votação e participação dos movimentos sociais no processo eleitoral. Estamos em um estado em que a maioria da população é de mulheres. As desigualdades nos atingem primeiro: são as mulheres as primeiras a serem demitidas, que ficam com a responsabilidade de cuidar dos filhos. É nosso papel representar esse histórico”, diz Tânia. ●



RACISMO CORPORATIVO

Conforme dados publicados em 2018 pelo Instituto Ethos, o racismo permanece no mercado corporativo brasileiro, em que menos de 5% dos executivos são afrodescendentes. Quando se fala de mulher negra o percentual é ainda menor: apenas 0,4% ocupam cargos como esses.

E sim, tudo isso ocorre em um país em que mais da metade da população, de acordo com o IBGE, é formada por pessoas que se declaram pretas ou pardas.

Fala, ouvidora!



ANHAMONA DE BRITO
(Biênio 2009/2011)

Enquanto primeira Ouvidora Geral da Defensoria baiana, tive o papel de pensar e construir as bases para o funcionamento do Órgão, tanto no aspecto normativo, quanto no seu alcance político.

As normas, procedimentos e fluxos de atendimento, a criação do próprio Grupo Operativo, além da estruturação das bases para a escolha autônoma do/a ouvidor/a pela sociedade civil foram instituídos entre 2009 e 2010, mantendo-se em funcionamento ao longo de dez anos da nossa Ouvidoria Cidadã, com pouquíssimas alterações. Isso demonstra a solidez de um projeto coletivo, fincado no interesse, ainda presente, de democratizar o acesso à justiça através da Defensoria Pública.

Agora, é chegado o momento de revisitarmos a experiência da Ouvidoria Cidadã e do Grupo Operativo, com o intuito das aperfeiçoarmos a prática. A conjuntura atual de desmonte de políticas sociais e de recentes conquistas da participação popular nos exige a reprogramação estratégica de nossas ações, já que nada será como antes. Não nos quedaremos inertes às tentativas de esvaziamento do nosso direito à assistência jurídica integral e gratuita. ●

Comemorar 10 anos da Ouvidoria Externa é demarcar a luta histórica dos movimentos populares pela garantia da democracia e defesa dos direitos sociais. É também um marco histórico para a Defensoria, que com decisão política e ouvindo o clamor das ruas, implementou e mantém a Ouvidoria Cidadã.

A existência da Ouvidoria sinaliza uma trajetória pautada pela incorporação das bandeiras políticas defendidas pelos movimentos sociais no acesso à justiça, para enfrentar todo tipo de violação de direitos.

Em tal cenário, urge reafirmar a importância da Ouvidoria como experiência de inserção da sociedade civil na Defensoria, e reconhecer os avanços dos movimentos sociais numa instituição do sistema de justiça que tem se comprometido com o fortalecimento da luta democrática no País e com a defesa das classes populares em nosso estado.

Parabéns a todas e todos que, nesses 10 anos de caminhada, ajudaram a construir na Bahia uma Ouvidoria mais forte e combativa e estão conosco na luta pela ampliação da participação social. Vida longa à Ouvidoria Externa da DPE/BA. ●



TÂNIA PALMA
(Biênios 2011/2013; 2013/2015)



VILMA REIS

(Biênios 2015/2017; 2017/2019)

A construção da minha relação com a Defensoria começa em 2008, um ano antes da criação de sua Ouvidoria. Ajudei, junto a outras colegas, na organização do primeiro curso da preparação de defensores e servidores da DPE/BA para atuar na Central de Atendimento a Presos em Delegacias (hoje Núcleo de Prisão em Flagrante).

A Ouvidoria Cidadã nasceu muito depois da DPE/BA, mas surgiu num processo de muita transformação e de grande força de participação por democracia no sistema de justiça do Estado Brasileiro. A construção de sua Ouvidoria é parte deste movimento nacional.

Esta é a segunda ouvidoria externa do País, mas que tem algo único: a constituição do Grupo Operativo, que elege um membro representante da sociedade civil em cada comarca onde há atuação da Defensoria. Por isso, é um modelo que chama tanta atenção. Na celebração desta primeira década, importante destacar como a Ouvidoria da DPE/BA tornou-se nacionalmente um modelo.

A sociedade precisa ter vez e voz. E como diz o slogan que norteou minha segunda gestão: sem ouvidoria externa não há democracia na justiça. ●

Ao longo desses 10 anos, a Ouvidoria construiu uma sólida base de diálogo com a população baiana. Hoje, a sociedade sabe da sua importância dentro de Defensoria, que com a inserção de uma ouvidoria externa, ficou ainda mais próxima daqueles que contam com a DPE/BA na garantia do acesso à justiça para quem necessita.

Um bom indício disto é que na última eleição para ouvidor-geral tivemos a participação de diversos segmentos sociais, tanto na candidatura quanto em entidades habilitadas para votar.

Após as três nobres colegas que me antecederam, só aumenta a responsabilidade de exercer o cargo de ouvidora-geral. Vamos dar continuidade ao que já vinha sendo feito, buscando ampliar cada vez mais o debate.

Antes de assumir como ouvidora, já compreendia que este era um espaço democrático, mas não tinha a real dimensão das demandas que chegam até nós, ainda mais em um estado como a Bahia, marcado por desigualdades e opressões. Lutaremos para que a Ouvidoria estreite ainda mais essas pontes com a sociedade. ●



SIRLENE ASSIS

(Biênio 2019/2021)

Ouvidoria inicia novo ciclo para continuar avanços obtidos na primeira década de existência e lutar pela expansão da garantia de direitos da população



Continuidade e expansão

Empossada em maio de 2019, a assistente social Sirlene Assis tem a missão de manter o trabalho desenvolvido pelas três antecessoras e ajudar a fortalecer o projeto de expansão da Defensoria, seja na garantia de direitos dos assistidos, seja no avanço com a instalação de mais postos no interior do estado.

“É uma gestão de continuidade, mas com caráter próprio, com diversos olhares, o que faz parte da minha trajetória. A Ouvidoria tem que ser plural: dos índios, dos quilombolas, dos ribeirinhos, das pessoas que vivem no campo e na cidade. Um canal pluri-social, de toda a sociedade”, explica Sirlene.

Com esses valores, a Ouvidoria segue no intenso calendário de participação de atividades de entidades sociais, seja na Bahia ou até mesmo fora do estado, e desenvolvendo também suas próprias ações, aproximando-se das pessoas que mais necessitam do auxílio da DPE/BA.

“Entendo que o trabalho na base é importantíssimo para alicerçar tudo aquilo que foi feito nesses primeiros 10 anos da Ouvidoria. E agora, que venham mais dez anos, sempre com esse caráter externo e com participação social”, completa a ouvidora-geral da DPE/BA.

Confira algumas ações realizadas nos primeiros meses da nova gestão da Ouvidoria Geral da DPE/BA

Roda de Conversa sobre igualdade racial



A Ouvidoria promoveu um encontro na Sociedade Protetora dos Desvalidos, no Centro de Salvador, para refletir sobre de que forma a equiparação racial está relacionada ao acesso à justiça. No evento, foi apresentado o Grupo de Pesquisa de Igualdade Racial da Defensoria, que visa identificar e desenvolver ações institucionais voltadas para o combate ao racismo. Também foi debatido o Relatório das Audiências de Custódia na Comarca de Salvador/Bahia, elaborado pela própria DPE/BA com base em dados com-

pilados entre 2015 e 2018, que demonstra que a quase totalidade dos flagranteados (98,8%) são considerados pretos ou pardos. A atividade contou com a participação da ex-ouvidora Vilma Reis e representantes da OAB, movimentos negros, terreiros de candomblé e escolas de Salvador.

Visita técnica ao Quilombo Rio dos Macacos

A visita, feita em parceria com a coordenação de Direitos Humanos da DPE/BA e representantes da Defensoria Pública da União, deu continuidade ao monitoramento das ações que vêm sendo desenvolvidas pela titularização destas terras para o povo qui-



lombola, garantindo não só o direito ao seu território, mas também à dignidade humana, contra as violações que eles têm enfrentado.

Desabamento de imóvel na Gamboa



Após relatos de desabamento de um imóvel no bairro da Gamboa, em Salvador, a Ouvidoria Cidadã foi até o local verificar as informações e dar a visibilidade do acontecido aos órgãos competentes para que ações fossem tomadas. A ouvidora geral, Sirlene Assis, acompanhou de perto toda situação e fez a articulação com a DPE/BA para garantir os direitos dos moradores do local.



Posse do atual Grupo Operativo, biênio 2018/2020.

Parceria com

líderes sociais

POR LUCAS CUNHA

Conheça mais sobre o trabalho do Grupo Operativo da Ouvidoria da DPE/BA

Se a Defensoria Pública conta com a Ouvidoria externa como parceira na garantia dos direitos da população que busca os serviços da DPE/BA, o Grupo Operativo – GO é quem tem o papel de auxiliar a Ouvidoria a cumprir sua missão de receber as demandas da sociedade. O GO é composto por representantes eleitos pela sociedade civil em todas as cidades onde a Defensoria possui atuação.

Iniciado oficialmente em julho de 2010, o Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã é um fundamental mobilizador de discussões sobre o trabalho da DPE/BA, com parceiros que atuam de forma gratuita, com a função de ampliar e descentralizar a participação da população baiana nos trabalhos da Defensoria.

VOCÊ SABIA?

Foi a partir de encontros do Grupo Operativo que surgiu a proposta da regulamentação do processo da escolha de ouvidor-geral, realizada a partir de 2011 com a formação de uma lista tríplice, indicada por representantes habilitados da sociedade civil, e encaminhada para a escolha pelo Conselho Superior da DPE/BA.

Iniciativa única

A ideia da criação do GO é única no País. Ela surgiu por iniciativa da primeira ouvidora-geral da DPE/BA, a advogada e professora da Uneb Anhamona de Brito. Segundo a ex-ouvidora, o objetivo, inspirado em ideias do psiquiatra Pichon-Rivière e do educador Paulo Freire, era ter um grupo de trabalho que auxiliasse a Ouvidoria, por meio de coletivos centrados em tarefas e aprendizagem.

“Por meio da metodologia do Grupo Operativo temos pessoas que procuram saídas para suas demandas, num processo de diálogo com representantes que vivenciam outros dilemas em seus espaços originários. Queríamos criar um organismo que fosse uma caixa de ressonância da Ouvidoria no interior, algo que fizesse espalhar essa boa nova deste espaço de participação popular”, afirma Anhamona.



Reunião do GO, em abril de 2014.

OUVIDORA EX-GO

Segunda ouvidora-geral da DPE/BA, Tânia Palma foi integrante do Grupo Operativo representando Salvador durante o mandato de Anhamona de Brito.

DOUTORADO

Primeira ouvidora da DPE, Anhamona de Brito defendeu em 2018 sua tese de doutorado na UFBA sobre a Ouvidoria, com o tema “A Participação Popular e o Inédito Viável na Justiça: a experiência alargada e admirada da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia”, que foi fonte para a realização desta matéria.

REQUISITOS

No último edital do Grupo Operativo, os candidatos ao cargo precisavam cumprir algumas regras: ser cidadão(ã) brasileiro/a em pleno gozo de seus direitos políticos; inexistência de ação penal condenatória transitada em julgado contra o/a interessados; não ocupar cargo eletivo, cargo comissionado ou de confiança em qualquer uma das esferas da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, ou em qualquer esfera de poder; ser representante de organizações da sociedade civil, que incluam entre suas finalidades institucionais atuação em qualquer das áreas de competência da Defensoria Pública; ter idade mínima de 21 anos.



Encontro do pleno do GO, em 2018.

Para que sejam preenchidas estas vagas de representantes do GO nos municípios em que a Defensoria tem presença, é realizado um processo eleitoral em cada cidade. Os candidatos precisam, entre outras prerrogativas, fazer parte de organizações da sociedade civil que incluam em suas finalidades institucionais a atuação em qualquer das áreas de competência da Defensoria Pública.

Representantes

Na atual gestão do Grupo Operativo, eleita para o biênio 2018-2020, o GO tem representação em 29 cidades do estado, que era o número de municípios os quais a Defensoria possuía sede à época da eleição. As vagas nas outras localidades com atuação da DPE/BA serão preenchidas a partir do próximo pleito, programado para 2020.

O Pleno do GO reúne-se regularmente em Salvador, em um encontro que conta com momentos para diálogos entre os integrantes sobre as realidades e dificuldades encontradas por suas comunidades, além de também possuir palestras sobre temas que ajudarão a disseminar importantes conteúdos para estes parceiros da Ouvidoria.

De acordo com a representante do Grupo Operativo em Ilhéus, Indiara Rosa, os encontros do Pleno são um importante momento para tomar conhecimento de informações e experiências, no qual os integrantes de cada localidade abordam suas dificuldades e demandas locais.

“É uma troca de saberes. Aprendemos muito sobre o campo de atuação de cada companheiro. Por exemplo, se temos alguém mais ligado ao movimento LGBT, luta contra o feminicídio ou combate à violência religiosa, entendemos melhor esse tema, que materiais podemos acessar. Temos um panorama de diversas realidades”, opina Indiara.

Para auxiliar a descentralizar as decisões que envolvem as diferentes regiões do Estado, o Grupo Operativo conta ainda com uma coordenação executiva, composta com os membros do GO que atuam nas regionais da Defensoria. Estes coordenadores têm como missão auxiliar os colegas nas cidades vinculadas às regionais da DPE/BA.

Segundo o representante do Grupo Operativo em Itabuna, Washington Pereira, esta coordenação executiva serve como um canal para divulgar informações e deliberações em cada área coberta pela regional da Defensoria.

“Trazemos as dificuldades encontradas pelos colegas de nossa região, além de colher outras informações que serão discutidas no Pleno do Grupo Operativo. É uma forma de cada representação regional encaminhar para o grupo maior suas demandas”, declara Washington.

De posse das informações, esses integrantes da executiva dialogam com seus colegas pelas redes sociais para minimizar a distância que existe entre muitas dessas cidades, mesmo dentro de uma mesma regional. É o caso que ocorre em Juazeiro, como relata o integrante da executiva

e representante do Grupo Operativo em Juazeiro, Fabiano Silva.

“Aqui mesmo temos cidades como Irecê e Jacobina dentro da regional com sede em Juazeiro. Então formamos um grupo de WhatsApp no qual interagimos sobre algumas pequenas demandas que podemos ajudar a resolver”, explica Fabiano.

Expansão

A expansão da Defensoria pelo estado também promoverá mais representantes do Grupo Operativo nos locais onde a DPE/BA iniciar sua atuação. Para a atual ouvidora, Sirlene Assis, o objetivo é fortalecer o GO em sua gestão, com a realização da eleição de novos parceiros para o biênio 2020/2022.

“Vamos potencializar e fortalecer aquilo que já existe. Também qualificar a formação desses membros operativos. É um trabalho voluntário, sem remuneração. O que move esse grupo é a confiança que essas representações têm pela Defensoria, pois elas sabem que esta instituição é a mais próxima do povo na promoção dos direitos humanos e da democracia”, afirma Sirlene. ●

1º GRUPO OPERATIVO DA OUVIDORIA Alagoinhas Nilson do Carmo Nascimento Amargosa Carcilene Andrade Correia Brumado Marcos Aguiar Porto Camamu José Domingos da Hora Canavieiras Fábio João Rodes de Souza Candeias Edilson Luis da Silva Almeida Camaçari Antônio da Costa Silva Esplanada Simone da Silva Guimarães Feira de Santana João dos Reis Lima, Solange Costa Guerra Guanambi Wilma Moura Conceição Pereira Ilhéus Pascoal João dos Santos Inhambupe Maria Inês de Brito Silva Reis Itabuna Ruth de Almeida Menezes Itapetinga Cláudio Souza Silva Jacobina Dejanira Mendes Passos dos Santos Jequié Abdijalli Pereira Belchot Filho Juazeiro Maria Nilsa Silva dos Santos Lauro de Freitas Celina Ezídio de Oliveira Irecê Antonio André Severo Itaberaba Maria Célia Sales Livramento de Nossa Senhora Geórgia de Oliveira Carneiro Pereira Mucugê Iranildo Coutinho do Espírito Santo Nazaré das Farinhas Arlete de Andrade Barbosa Paulo Afonso Marciel Pereira Theodorio Porto Seguro Everal Vergílio da Silva Salvador Paulo Thadeu de Souza Alves, Tânia Maria Palma Santo Amaro Edvaldo Santana Santo Antônio de Jesus Maria Cléia Côrtes Senhor do Bonfim Edison Maia de Carvalho, Simões Filho Jorge Salles Teixeira de Freitas Valdinê Moreira Tavares Valença Lenildes Conceição de Jesus Vitória da Conquista Rosilene dos Santos Santana **2º GRUPO OPERATIVO DA OUVIDORIA** Alagoinhas Nilson do Carmo Nascimento Amargosa Cacilene Andrade Correia Candeias Edneuzia da Hora dos Santos Barbosa Camaçari Manoel Raimundo de Jesus Esplanada Aurelina dos Santos Mota Feira de Santana João dos Reis e Maria da Conceição Conceição Borges Guanambi Wilma Moura Conceição Pereira Ilhéus Pascoal João dos Santos Irecê João Gomes dos Santos Itabuna Ruth de Almeida Menezes Jacobina Dejanira Mendes Passos dos Santos Jequié Silvino Rodrigues Tomaz Juazeiro Maria Nilza Silva (em memória*) Lauro de Freitas Celina Izídio de Oliveira Livramento de Nossa Senhora Artur Moura e Silva Neto Porto Seguro Vanilda da Silva Damacena Salvador Edson Palmeira de Jesus (em memória*) e Alexandra Quadro Siqueira Santo Amaro Edvaldo Santana Santo Antônio de Jesus Zenilton Conceição de Souza Senhor do Bonfim Edison Maia de Carvalho Serrinha Maria Zilda Oliveira Ferreira Simões Filho José Rodrigues Ferreira Teixeira de Freitas Valdinê Moreira Tavares Vitória da Conquista Rosimeire Souza Santana

GRUPO OPERATIVO (INTEGRANTES ATUAIS) Titular, Suplente

Alagoinhas José Santos de Santana, Lauricélia Amorim Amargosa Anatália de Jesus Santana Barreiras Márcia Maria Santiago Lúcio, Edite Lopes de Souza Brumado Maria Aparecida Oliveira dos Santos (em memória*), Dionata de Jesus Silva Camaçari Célia Magna N. Silva dos Santos, Gilberto Araujo da Cruz Candeias Valquíria Ferreira Brito, Patrícia Moura dos Santos Eunápolis Jamilly Bispo Laureano, Caroline Nascimento de Souza Esplanada Alexandre Cardoso Ferreira, Ridelma Menezes Pereira Feira de Santana Vicente Silva dos Santos, Claudia Conceição de Almeida, Ainoan Rodrigues Alves Andrade, Phelipe Marcell Pereira de Oliveira Ilhéus Indiarosa Santos Angeli, Crispim Soares da Silva Itabuna Washington Alves Pereira, Jorge Eduardo Silva Santos Itapetinga Zidinaldo Alves da Silva, Luciano Neves Souza Irecê Jefferson Barbosa Silva, João Gomes dos Santos Jacobina Nilde Santana de Oliveira, Gilberto de Aguiar Dias Jequié Indaiara Barbosa Santos, Claudionor Oliveira Santos Filho Juazeiro Fabiano Silva dos Santos, Antonio Celso da Silva Guanambi José Geosmar Mendes Batista Lauro de Freitas Susana Brito Sousa, Meiriane Santos de Lima Paulo Afonso Ailton Santos e Silva, Jairo Nunes Bezerra Porto Seguro Andréia Silva de Lima, Rafael Emídio Torres Salvador Eliete Paraguassu da Conceição, Thiffany Lima da Silva, Livia Ferreira da Silva, Vitor Luis Marques dos Santos Santo Amaro Zilda Pascoal de Jesus, Maria da Luz Silva Santo Antônio de Jesus Iasmin Ellen dos Santos Barbosa, Maria Clotildes Ribeiro dos Santos Senhor do Bonfim Benedita Maria da Silva, Maristela Vieira Angeli Serrinha Vladson de Andrade Silva, Wilma dos Santos Rodrigues Simões Filho Rose Meire dos Santos Silva, Silvanee Silva do Nascimento Teixeira de Freitas Alexandre Abutrab Nascimento Guerra, Gabriela de Oliveira Valença Barbara Sandra Ramos de Jesus, Andréia dos Santos Luz Vitória da Conquista Rosilene dos Santos Santana.



Foto: DEBECCO MACEDO

Queremos ouvir você

A equipe da Ouvidoria em outubro de 2019.

Entenda como funciona a Ouvidoria Cidadã da DPE/BA, que realizou mais de 31 mil atendimentos nestes 10 anos de atividade

Ao longo desses 10 anos, a sociedade civil encontrou na Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia um local no qual pode ser escutada, em uma contribuição ativa na resolução de demandas referentes aos serviços da DPE/BA. Desde que foi implantada, em 2009, até o primeiro semestre de 2019, foram mais de 31 mil atendimentos realizados, entre críticas, sugestões, reclamações, denúncias, dúvidas e requerimentos.

Para cumprir suas funções, a Ouvidoria da DPE/BA conta com uma equipe engajada, subdividida entre os setores de atendimento e assessoria jurídica, ambos trabalhando em conjunto na efetivação dos direitos da população. Atualmente, são quatro as formas de atendimento para oferecer melhor suporte e mais rapidez às demandas dos assistidos ou manifestantes: presencialmente, na sede da Ouvidoria, no bairro do Canela, em Salvador; por telefone; por e-mail; ou ainda por meio do site da instituição.

“Independente do meio utilizado, o primeiro contato sempre será com alguém do atendimento. Se for presencialmente, ele ocorre de segunda à sexta-feira, de 8h às 12h e das 13h às 17h. Pelo telefone, o contato é feito gratuitamente através do número 129, opção 2 (apenas por telefone fixo). Quem preferir, também pode nos encaminhar e-mail para o endereço eletrônico da Ouvidoria ou por preenchimento da ficha de atendimento disponível em nosso site”, informa Maria Cândida Nogueira, responsável pelo atendimento da Ouvidoria.

Encaminhamento

Mais antiga funcionária da Ouvidoria, com seis anos de atuação, Cândida reforça ainda os motivos pelos quais a população deve procurar a Ouvidoria Cidadã e como é dado o encaminhamento das demandas.

“Recebemos reclamações sobre o atendimento de qualquer pessoa ligada à Defensoria. Também é possível dar sugestões de melhorias para a DPE/BA, elogiar, denunciar irregularidades ou ainda solicitar requerimentos, como, por exemplo, a parceria da Defensoria na concretização dos direitos coletivos. Após o contato conosco em uma dessas solicitações, fazemos a análise, e, se for pertinente, encaminhamos para a assessoria jurídica da Ouvidoria, seguindo para as devidas tratativas”, explica Cândida.

Estreitando laços

Para a analista jurídica da Ouvidoria da DPE/BA, Fernanda Ferreira, o trabalho desenvolvido por toda equipe da Ouvidoria auxilia politicamente no crescimento da Defensoria, estreitando laços com a sociedade civil.

“Quando o atendimento visualiza uma situação pertinente e que necessita de outro olhar, a ficha é passada para nós, da assessoria jurídica, que verificamos quais possibilidades de tratativas. É um trabalho totalmente em conjunto, em que um está amarrado ao outro. Assim, melhoramos o relacionamento da DPE/BA com a população LGBT, o povo quilombola, a população negra, as mulheres e todos nossos assistidos”, relata a analista.

Além dos atendimentos rotineiros, a Ouvidoria realiza e participa de audiências públicas e reuniões com a finalidade de se aproximar da população, além de estabelecer relações com entidades da administração direta e indireta dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, na esfera federal, estadual e municipal, atuando na defesa dos direitos e interesses do cidadão.

Auxílio à ouvidora-geral



A atual ouvidora-adjunta Zenilda Natividade responde pela Ouvidoria durante as viagens da ouvidora Sirlene Assis.

Desde 2018 foi instituído na Ouvidoria Cidadã da DPE/BA o cargo de ouvidora-adjunta. A função é exercida atualmente pela ex-secretária da Ouvidoria, Zenilda Natividade, mais conhecida por todos como Zeni.

Como explica Zeni, a função da ouvidora-adjunta é auxiliar a ouvidora-geral, a fim de aprimorar ainda mais o atendimento à população com resoluções e respostas mais breves, além de responder pela Ouvi-

doria nos momentos em que a ouvidora-geral está em alguma atividade fora do Estado.

“A gente já vem de um trabalho com a sociedade civil e com esse olhar de estar perto, ajudando e acolhendo. Então, o papel que desempenho é de trabalhar ao lado da ouvidora- geral para que nada passe despercebido, sempre indo em busca de resoluções nas solicitações dos assistidos”, afirma Zeni, que ainda frisa o quanto a união da equipe da Ouvidoria faz a diferença no resultado final do serviço.

“Aqui na Ouvidoria, nós temos uma equipe muito boa e eu falo sempre disso. A gente se respeita, se ajuda e temos um trabalho ao lado da sociedade civil, um trabalho de responsabilidade. Sabemos que quando a pessoa chega aqui é porque ela precisa. Os assistidos vêm em busca exatamente do que eles não conseguem fora da Defensoria. Então a gente tem, por obrigação, de fazer essa escuta e interlocução da melhor maneira possível. Todos aqui têm esse espírito”, finaliza Zeni.

Quem pode procurar a Ouvidoria?

Todas as pessoas e segmentos organizados que se relacionem com as ações da Defensoria Pública do Estado da Bahia: servidores(as), defensores(as) públicos(as), estagiários(as), assistidos(as) e potenciais assistidos(as) da instituição ou manifestantes. Representações da sociedade civil organizada, Conselhos de Direitos, Redes, Fóruns, Movimentos, Articulações, Órgãos e unidades de outros entes públicos podem e devem procurar a Ouvidoria Cidadã.

Por que procurar a Ouvidoria?

- Sugerir ações pela melhoria e pela qualidade dos serviços da Defensoria Pública da Bahia.
- Reclamar sobre o atendimento de defensores, de servidores ou estagiário da DPE/BA.
- Denunciar irregularidades ou ilegalidades praticadas no âmbito da Defensoria Pública ou por seus agentes.
- Elogiar o serviço e o desempenho da Defensoria.
- Tirar dúvidas sobre os serviços prestados pela DPE/BA.
- Requerer a atuação parceira da Defensoria Pública pela concretização dos direitos coletivos e efetivação da cidadania.

Formas de atendimento da Ouvidoria

Presencial: De segunda à sexta-feira

Horário: Das 08h às 12h e das 13h às 17h

Endereço: Rua Pedro Lessa, 123, Canela, Salvador.

Telefone: Disque 129, opção 2 (apenas de telefone fixo) ou pelo número (71) 3117-6952

E-mail: ouvidoria@defensoria.ba.def.br

Site: www.defensoria.ba.def.br/ouvidoria



A coordenadora de atendimento Maria Cândida (à dir.) é a funcionária com mais tempo de atuação na Ouvidoria.

A presença da Ouvidoria Externa nestes 10 anos potencializou e ampliou a (necessária) relação entre os movimentos sociais e a Defensoria Pública.



Eva Rodrigues

COORDENADORA DA ESPECIALIZADA DE DIREITOS HUMANOS DA DPE/BA

O acesso à Justiça para toda a população brasileira só ocorrerá quando este país perceber a dívida histórica com a população negra e as mulheres. A Ouvidoria da DPE/BA demonstra, em suas áreas de atuações, que as questões de gênero e raça são estruturais e estruturantes para nossa sociedade avançar. Ela é, com certeza, uma política pública que promove ações equânimes, transformando a vida de pessoas.



Eva Bahia

INTEGRANTE DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DO FÓRUM MARIELLES

A Ouvidoria Externa foi uma marco de mobilização dentro da DPE/BA para as demandas da sociedade civil e, principalmente, dos movimentos sociais. Antes, tínhamos um papel muito voltado a responder às demandas que eram buscadas pelo cidadão, mais passivo. Com a Ouvidoria, passamos a ter uma atividade muito mais proativa. Temos como exemplo a temática quilombola. Passamos a realizar atendimentos dentro dos quilombos. Isso só foi possível a partir da atuação da nossa Ouvidoria.



Gilmar Bittencourt

DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Considero um grande passo da Defensoria ter implementado a Ouvidoria. É um instrumento de grande utilidade, evita o corporativismo do sistema de justiça. Sou uma entusiasta, sobretudo por ter uma tradição de ser gerido por mulheres negras e populares, com compromisso com a igualdade, a democracia e a justiça social.



Márcia Virgens

PROCURADORA DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA

A Ouvidoria Cidadã é um espaço que tem promovido uma aproximação importante da Defensoria Pública com a sociedade civil. Ela é uma das iniciativas que contribuem para o cumprimento do papel da DPE/BA. Parabéns a todas as ouvidoras que por ali passaram e a Sirlene Assis, que agora está com esta missão.



Trícia Calmon

COORDENADORA DO PROGRAMA CORRA PRO ABRAÇO, SJDHDS - BA

Assista em nosso canal do YouTube uma homenagem especial aos 10 anos da Ouvidoria Cidadã!!



Veja em [youtube.com/DefensoriaBahia](https://www.youtube.com/DefensoriaBahia)



De mãos dadas

A Defensoria é a única instituição de todo o sistema de justiça que tem uma Ouvidoria externa, um campo de diálogo direto com a sociedade civil, sem intermediários. Por que isso é importante? Para que nós, que somos acostumados a lidar com os problemas a partir de uma formação jurídica, tenhamos também outras formas de pensamento para influenciar nossas tomadas de decisão e definições de estratégias. Isso é extremamente importante para que a Defensoria abra seus horizontes e suas janelas; e assim tem funcionado.

Não é por acaso que a Defensoria se aproxima cada vez mais da sociedade e consegue entender melhor os anseios da população. É um trabalho longo nestes 10 anos, nos quais tivemos quatro ouvidoras, coincidentemente todas mulheres e negras, cada uma com sua forma de trabalho, mas com algo em comum: todas souberam trazer a sociedade para dentro da Defensoria, ajudando a DPE/BA a chegar na sociedade.

Um resultado disso é que temos uma instituição muito mais próxima da população. Hoje, os defensores públicos, mais do que em qualquer outra área, já tem uma formação para evitar perpetuar o racismo, a homofobia e todo tipo de intolerância. Claro que isso gera algum tipo de incompreensão, porque faz com que o discurso dos defensores públicos, dos servidores e da Defensoria seja um discurso de emancipação popular. Nem todo mundo quer isso. Mas a Defensoria Pública quer. É por isso que temos a Ouvidoria: para nos ajudar a seguir nessa luta, de mãos dadas e sem hierarquia, a fim de que defensores e cidadãos possam construir juntos caminhos de solução para os problemas.

Temos um avanço inestimável que é o Grupo Operativo da Ouvidoria, com representantes em cada comarca onde a Defensoria atua. Isso significa que essa representação da sociedade não fica centralizada só em Salvador: ela ouve as

demandas do estado inteiro. Não foi uma construção fácil; ela teve que passar por vários percalços, inclusive resistências internas. Mas nós superamos e vencemos.

Outro ponto importante é que, talvez, sem apoio de uma Ouvidoria muito bem representada, não tivéssemos conseguido criar na Defensoria Pública um sistema de reserva de vagas para as populações negra e indígena, que é um dos mais avançados, senão o mais avançado do País. Isso não aconteceria sem a liderança e um discurso forte da Ouvidoria Cidadã, sustentando esse posicionamento e a importância dessas decisões, e fazendo um trabalho de convencimento. São dois avanços extremamente importantes para a população.

Mas o avanço principal é que, a partir da Ouvidoria, passamos a ouvir mais a população. Por meio da Ouvidoria, que não tem esse nome à toa, você tem um canal a mais de escuta, de convencimento. Ela tem uma voz forte dentro da instituição, com assento no nosso Conselho Superior, uma política que tem sido praticada nesses últimos anos e que é difícil agora alguém voltar atrás. A Ouvidoria tem assento em todos eventos que a Defensoria faz, como também tem direito a voz, influenciando nas tomadas de decisões políticas da instituição.

Desejo que a experiência da Defensoria Pública com a Ouvidoria sirva de farol para outras instituições dentro e fora do sistema de justiça. Que elas entendam o quanto é importante ter esse canal de interlocução com a sociedade dentro de sua organização.

Vida longa à Ouvidoria. Que esses 10 anos transformem-se em 20, 30, 100 anos. Obrigado a todas as ouvidoras que ocuparam o cargo e que venham novas ouvidoras e ouvidores e que, cada vez mais, a Defensoria Pública seja essa instituição forte, democrática e popular.

*Rafson Saraiva Ximenes, defensor público geral da DPE/BA biênio 2019/2021.

Expediente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

BIÊNIO 2019/2021

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL Rafson Saraiva Ximenes

SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL Pedro Paulo Casali Bahia

OUVIDORIA-GERAL Sirlene Assis

OUVIDORIA-ADJUNTA Zenilda Natividade (Zeni)

REVISTA 10 ANOS DA OUVIDORIA CIDADÃ DA DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA

D313

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Ouvidoria Cidadã: 10 anos. / Defensoria Pública do Estado da Bahia.

- 1ª. ed. - Salvador: ESDEP, 2019.

20 p.: il.

1. Direito Administrativo - Brasil. 2. Ouvidoria I. Título.

CDD 341.32

FICHA CATALOGRÁFICA Adriana Vasconcelos Conceição CRB/5: 1885/O

PROJETO GRÁFICO Saulo Macedo Designer Ascom DPE/BA

TEXTOS Lucas Cunha e Leilane Teixeira

REVISÃO Lucas Fernandes

COORDENAÇÃO EDITORIAL E DE PRODUÇÃO Vanda Amorim Coordenadora Ascom DPE/BA

FOTOS Arquivo Ascom (exceto quando especificado)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

www.defensoria.ba.def.br

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918



Só de telefone fixo



**AGENDAMENTO
ONLINE**

agenda.defensoria.ba.def.br
ou pelo app Defensoria Bahia

Só em Salvador



**OUVIDORIA
CIDADÃ**

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA

10 anos



**Defensoria Pública
BAHIA**

Siga nossas redes sociais: @defensoriabahia



www.defensoria.ba.def.br